programa final

Encontro Nacional de Produtores e Usuários de Informações Sociais, Econômicas e Territoriais

INFORMAÇÃO PARA UMA SOCIEDADE MAIS JUSTA

III Conferência Nacional de Geografia e Cartografia

IV Conferência Nacional de Estatística

Reunião de Instituições Produtoras
Fórum de Usuários
Seminário "Desafios para Repensar o Trabalho"
Simpósio de Inovações
Jornada de Cursos
Mostra de Tecnologias de Informação

27 a 31 de maio de 1996
Rio de Janeiro, RJ BRASIL

Uma das maneiras de olhar o ofício de produzir informações sociais, econômicas e territoriais é como arte de descrever o mundo. Estatísticas e mapas transportam os fenômenos da realidade para escalas apropriadas à perspectiva de nossa visão humana e nos permitem pensar e agir à distância, construindo avenidas de mão dupla que juntam o mundo e suas imagens. Maior o poder de síntese dessas representações, combinando, com precisão, elementos dispersos e heterogêneos do cotidiano, maior o nosso conhecimento e a nossa capacidade de compreender e transformar a realidade.

Visto como arte, o ofício de produzir essas informações reflete a cultura de um País e de sua época, como essa cultura vê o mundo e o torna visível, redefinindo o que vê e o que há para se ver.

No cenário de contínua inovação tecnológica e mudança de culturas da sociedade contemporânea, as novas tecnologias de informação - reunindo computadores, telecomunicações e redes de informação - aceleram aquele movimento de mobilização do mundo real. Aumenta a velocidade da acumulação de informação e são ampliados seus requisitos de atualização, formato - mais flexível, personalizado e interativo - e, principalmente, de acessibilidade. A plataforma digital vem se consolidando como o meio mais simples, barato e poderoso para tratar a informação, tornando possíveis novos produtos e serviços e conquistando novos usuários.

Acreditamos ser o ambiente de conversa e controvérsia e de troca entre as diferentes disciplinas, nas mesas redondas e sessões temáticas das Conferências Nacionais de Geografia, Cartografia e Estatística e do Simpósio de Inovações, aquele que melhor enseja o aprimoramento do consenso sobre os fenômenos a serem mensurados para retratar a sociedade, a economia e o território nacional e sobre as prioridades e formatos das informações necessárias para o fortalecimento da cidadania, a definição de políticas públicas e a gestão político - administrativa do País, e para criar uma sociedade mais justa.

Simon Schwartzman
Coordenador Geral do ENCONTRO

Promoção

Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IBGE
Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatistica
IBGE
Associação Brasileira de Estudos Populacionais
ABEP

Co-Promoção

Associação Brasileira de Estatística
ABE
Associação Brasileira de Estudos do Trabalho
ABET
Associação Brasileira de Pós-graduação em Saúde Coletiva
ABRASCO
Associação Nacional de Centros de Pós-graduação em Economia
ANPEC
Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Ciências Sociais
ANPOCS
Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Geografia
ANPEGE
Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional
ANPUR
Sociedade Brasileira de Cartografia
SBC

Apoio

Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro
FIRJAN
Academia Brasileira de Letras
ABL
Conselho Nacional de Pesquisas
CNPq
Financiadora de Estudos e Projetos
FINEP
Revista Ciência Hoje

Companhia do Desenvolvimento do Planalto Central
CODEPLAN (DF)
Empresa Metropolitana de Planejamento da Grande São Paulo S/A
EMPLASA (SP)
Empresa Municipal de Informática e Planejamento S/A
IPLANRIO (RJ)
Fundação Centro de Informações e Dados do Rio de Janeiro
CIDE (RJ)
Fundação de Economia e Estatística
FEE (RS)
Fundação de Planejamento Metropolitano e Regional
METROPLAN (RS)
Fundação Instituto de Planejamento do Ceará
IPLANCE (CE)
Fundação João Pinheiro
FJP (MG)
Fundação Joaquim Nabuco
FUNDAJ (PE)
Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados
SEADE (SP)
Instituto Ambiental do Paraná
IAP (PR)
Instituto de Geociências Aplicadas
IGA (MG)
Instituto de Pesquisas Econômicas, Administrativas e Contábeis
IPEAD (MG)
Instituto do Desenvolvimento Econômico Social do Pará
IDESP (PA)
Instituto Geográfico e Cartográfico
IGC (SP)
Instituto de Apoio à Pesquisa e ao Desenvolvimento "Jones dos Santos Neves"
IJSN (ES)
Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social
IPARDES (PR)
Processamento de Dados do Município de Belo Horizonte S/A
PRODABEL (MG)
Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia
SEI (BA)

Coordenação Geral

Simon Schwartzman

Comissões de Programa

Confege

César Ajara (IBGE)
Denizar Blitzkow (USP)
Jorge Marques (UFRJ)
Lia Osório Machado (UFRJ)
Mauro Pereira de Mello (IBGE)
Speridião Faissol (UERJ)
Trento Natali Filho (IBGE)

Confest

José A. M. de Carvalho (UFMG)
José Márcio Camargo (PUC)
Lenildo Fernandes Silva (IBGE)
Teresa Cristina N. Araújo (IBGE)
Vilmar Faria (CEBRAP)
Wilton Bussab (FGV)

Comissão Organizadora

Secretaria Executiva - Luisa Maria La Croix
Secretaria Geral - Luciana Kanham
Confege, Confest e Simpósio de Inovações
Anna Lucia Barreto de Freitas, Evangelina X.G. de Oliveira, Jaime Franklin Vidal Araújo, Lilibeth Cardozo R.Ferreira e Maria Letícia Duarte Warner
Jornada de Cursos - Carmen Feijó
Finanças - Marise Maria Ferreira
Comunicação Social - Micheline Christophe e Carlos Vieira
Programação Visual - Aldo Victorio Filho e Luiz Gonzaga C. dos Santos
Infra-Estrutura - Maria Helena Neves Pereira de Souza
Atendimento aos Participantes - Cristina Lins
Apoio
Andrea de Carvalho F. Rodrigues, Carlos Alberto dos Santos, Delfim Teixeira, Evilmerodac D. da Silva, Gilberto Scheid, Héctor O. Pravaz, Ivan P. Jordão Junior, José Augusto dos Santos, Julio da Silva, Katia V. Cavalcanti, Lecy Delfim, Maria Helena de M. Castro, Regina T. Fonseca, Rita de Cassia Ataualpa Silva e Taisa Sawczuk
Registramos ainda a colaboração de técnicos das diferentes áreas do IBGE, com seu trabalho, críticas e sugestões para a consolidação do projeto do ENCONTRO.

Renda e Pobreza
Os impactos do Plano Real

Sonia Rocha

Pesquisadora do IPEA/DIPES

Maio de 1996

(Texto elaborado para a CONFEST/ IBGE)

A autora agradece a Marcia Quinstler, chefe do DESIP/IBGE, pela presteza com que providenciou os dados detalhados de preços para as datas de referência deste estudo; a Marcio Duarte Lopes pela competente programação; e a Sabine Barbara Pabst pelo cuidadoso tratamento das informações.

Alerta ao leitor: Este texto apresenta algumas divergências em relação ao texto homônimo que teve cópias distribuídas informalmente. O presente texto é a versão revista e corrigi

Sumário Executivo

Os resultados bem-sucedidos do Plano Real no controle da inflação suscitam o interesse em relação aos efeitos do plano sobre a pobreza absoluta, isto é, sobre a subpopulação cujo rendimento per capita se situa aquém do mínimo indispensável para atendimento das necessidades básicas no âmbito do consumo privado. Na verdade, a questão da pobreza absoluta, sua persistência e a necessidade de conceber mecanismos para reduzi-la, tem sido, junto com a estabilização, tema central de interesse da sociedade brasileira na década de 90.

O enfoque de pobreza absoluta adotado no estudo limita-se à dimensão rendimento, considerando como pobres as pessoas cuja renda familiar per capita se situe abaixo de um determinado patamar de valor, denominado linha de pobreza. São utilizadas linhas de pobreza que refletem a estrutura de consumo da população de baixa renda em cada uma das seis regiões metropolitanas objeto do estudo, valoradas a preços ao consumidor dos meses de referência, utilizando como indexador os INPCs específicos para cada metrópole.

O interesse em verificar empiricamente o impacto do Plano Real sobre a renda e a incidência de pobreza esbarra em dificuldades devido a não-disponibilidade de dados adequados para o período após julho de 1994. Na verdade a fonte privilegiada para este tipo de estudo são pesquisas domiciliares de cobertura nacional, como o Censo Demográfico e a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), ambas do IBGE.. Esta última, apesar de ter periodicidade anual, excepcionalmente não foi realizada em 1994, enquanto os resultados da PNAD-95 ainda não estão disponíveis.

Dadas estas restrições, optou-se por recorrer à Pesquisa Mensal de Emprego (PME/IBGE) como fonte de micro-dados. Trata-se também de pesquisa domiciliar, mas de caráter conjuntural, voltada para o objetivo precípuo de acompanhamento do mercado de trabalho. Finalidades diferentes implicam conceitos e instrumentos diversos entre PNAD e PME, resultando em não-comparabilidade entre elas. Para estudos de renda e pobreza, o recurso à PME traz duas desvantagens principais.

A primeira desvantagem está associada ao fato de que a PME tem sua cobertura limitada a seis das nove metrópoles brasileiras, que respondem por 87% da população metropolitana[1]. Em conseqüência, não é possível acompanhar a evolução nas demais regiões metropolitanas, mas a lacuna mais grave concerne à ausência de informação em relação às áreas urbanas não-metropolitanas e rurais, onde se localizam 71% da população brasileira. É verdade que o que ocorre nas seis metrópoles cobertas pela pesquisa provavelmente sinaliza, de maneira bastante adequada, o comportamento dos setores líderes da economia, que respondem mais rapidamente às mudanças estruturais e conjunturais.

A segunda desvantagem concerne à investigação do rendimento das pessoas. Enquanto a PNAD investiga uma série de quesitos de rendimento, incluindo a remuneração dos diferentes trabalhos, mas também benefícios previdenciários, aluguéis recebidos e

[1] Recife, Salvador, Belo Horizonte, São Paulo, Rio de Janeiro e Porto Alegre. Segundo estimativas com base na PNAD-90, essas seis metrópoles concentravam 88% dos pobres metropolitanos e 25% dos pobres brasileiros (Rocha, 1995).

rendimentos de capital em geral, a PME limita-se a registrar os rendimentos do trabalho.[2]

É importante ter em mente que a existência de diferenças conceituais entre a PNAD e a PME, além de fatores ligados à coleta e a outras características diversas das duas pesquisas resultam em diferenças não só da variável rendimento do trabalho, como das variáveis de renda familiar e renda familiar per capita construídas a partir dela.

Existe um extensa literatura sobre a maneira de derivar indicadores de pobreza enquanto insuficiência de renda, dadas a distribuição dos rendimentos e a linha de pobreza. Aqui são apresentados alguns indicadores de proporção e de hiato de renda estimados no estudo. A proporção de pobres é o indicador mais usual, que refere-se ao número de pobres, isto é, ao número de indivíduos cuja renda familiar per capita é inferior à linha de pobreza, em relação ao total da população. Na verdade este indicador por si só é uma medida tosca de pobreza, já que nada informa sobre o nível e distribuição de renda dos pobres. Complementarmente, o hiato de renda informa sobre a intensidade da pobreza, isto é, o desvio médio da renda dos pobres em relação ao valor de referência dado pela linha de pobreza.

Tabela I

Indicadores de Pobreza enquanto Insuficiência de Renda relativas a setembro de 1990 - Uma comparação dos resultados obtidos a partir da PNAD e da PME para o conjunto das seis regiões metropolitanas (*).

Indicadores	Proporção (%)	Hiato da Renda (%)
PNAD		
todos os rendimentos	28,87	44,46
rendimento trabalho em dinheiro e mercadoria	36,76	54,19
rendimento do trabalho somente em dinheiro	36,79	54,30
PME		
rendimento do trabalho somente em dinheiro	29,95	55,21

Fonte de micro-dados: IBGE, PNAD-90 e PME de outubro 1990.

A Tabela I mostra os indicadores de proporção de pobres e hiato da renda relativos a setembro de 1990 com base na PNAD e PME, utilizando os mesmos critérios de construção da renda per capita e as mesmas linhas de pobreza. À guisa de ilustração, apresentam-se os indicadores obtidos a partir da PNAD utilizando critérios mais abrangentes de rendimento, isto é, todos os rendimentos de todas as pessoas, e rendimento do trabalho em dinheiro e mercadorias. Observa-se em particular que, mesmo considerando apenas o rendimento de trabalho em dinheiro, conceito de

[2] Rendimentos do trabalho tanto na PNAD como na PME abrangem as diferentes condições ocupacionais (empregado, conta-própria, etc) e de inserção formal ou informal no mercado de trabalho.

rendimento mais próximo nas duas pesquisas, os resultados obtidos para os indicadores de pobreza apresentam, como era de se esperar, algum desvio.

Estas considerações relativas às peculiaridades das duas pesquisas têm como objetivo acautelar o leitor quanto a comparações dos resultados que serão apresentados a seguir com base na PME, e os resultados divulgados anteriormente com base na PNAD-90. Tendo em vista as restrições quanto à disponibilidade de dados já discutidas, é interessante examinar resultados intertemporais obtidos a partir da PME para ilustrar a ocorrência de efeitos sobre a renda e sobre a pobreza após o Plano Real.

Para análise da evolução da pobreza na vigência do Plano Real foram utilizadas informações da PME para quatro momentos distintos: julho de 1994, primeiro mês do Plano, e, um ano depois, julho de 1995, além de dois meses mais recentes com características de sazonalidade bem distintas, dezembro de 1995 e janeiro de 1996 (Tabela II e Gráfico I).

Os indicadores de pobreza enquanto insuficiência de renda relativos a julho de 1994,[3] primeiro mês do plano de estabilização, são os piores quando as quatro datas de referência são consideradas. Tendo como base de referência setembro de 1990, a proporção de pobres aumenta fortemente de 30% para 38% para o conjunto das seis regiões metropolitanas, o que corresponde a 14,8 milhões de pessoas em julho de 1994. Verifica-se também agravamento do indicador de intensidade da pobreza, dada pelo redução do valor do rendimento médio dos pobres em relação à linha de pobreza (o que corresponde ao aumento do hiato da renda). A evolução desses indicadores em cada uma das seis metrópoles se dá no mesmo sentido, havendo poucas mudanças de *ranking* entre elas em relação a 1990.

A PME mostra, portanto, um agravamento inequívoco da pobreza enquanto insuficiência de renda sob todos os seus aspectos entre setembro de 1990 e julho de 1994. Certamente, porém, o mês de implantação do Plano Real não correspondeu ao momento de pico desses indicadores de pobreza, já que evidências diversas sugerem que a situação mais adversa ocorreu anteriormente. Assim, desde outubro de 1993 houve uma retomada sustentada da atividade da indústria de transformação, que se concentra nas regiões metropolitanas. A taxa de desemprego aberto dessazonalizada derivada da própria PME mostra, a partir de janeiro de 1993, uma tendência clara de declínio, que virá a ser revertida apenas no primeiro semestre de 1995. Na verdade, em relação aos índices de desemprego, o período mais adverso ocorreu em 1992, quando em seis meses a taxa superou 6%.

De qualquer modo, julho de 1994 é a data de referência relevante para examinar a evolução ocorrida após a implantação do Plano Real.[4] Considerando os indicadores obtidos um ano depois, fica evidente que o plano de estabilização permitiu uma inequívoca melhoria da renda, fazendo com que parcela significativa da população - 3,8 milhões de pessoas - ultrapassasse a linha de pobreza. A redução da proporção de

[3] Trata-se de indicadores gerados a partir da PME de agosto de 1990.
[4] O diferencial de taxas de inflação neste mês (7,75%) e nos meses de referência subsequentes (por ex., julho de 1995, 2,46%) implicam alguma subestimação, no início do período, do rendimento dos trabalhadores cujo fluxo de rendimento se distribui ao longo do mês. Néri e Barros (1996) chamam a atenção para este efeito quando tratando da evolução do rendimento per capita por decil no período de junho de 1993 a setembro de 1995.

pobres de 38% para 28% para o conjunto das seis regiões, correspondendo a 11 milhões de pessoas, evidencia um retorno ao patamar próximo ao verificado em 1990 para esse indicador, havendo, porém, diferenças significativas quando as metrópoles são analisadas separadamente.

Tabela II

Indicadores de Pobreza enquanto Insuficiência de Renda relativos às datas especificadas para o conjunto das seis regiões matropolitanas

	Proporção (%)	Hiato (%)	No. Pobres (mil)
BRASIL			
julho / 1994	38,22	57,92	14 782,9
julho / 1995	28,24	61,41	11 062,0
dezembro / 1995	27,34	62,32	10 774,7
janeiro / 1996	28,74	62,04	11 327,2

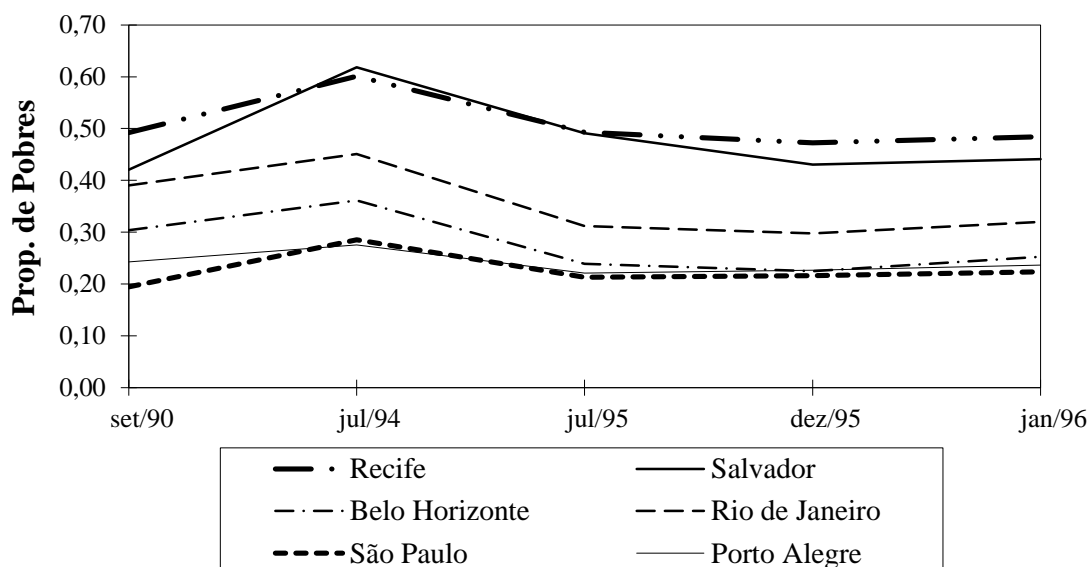
Fonte de micro-dados: IBGE.

Paralelamente à melhoria na proporção de pobres, observa-se no primeiro ano do Plano Real o agravamento dos outros indicadores de pobreza. Embora haja menos pobres em relação à população total, aqueles que estão abaixo da linha de pobreza apresentam, em média, renda familiar per capita mais baixa em relação ao período anterior. Para o conjunto das seis metrópoles, o hiato da renda passou de 0,57 em julho de 1994 para 0,61 um ano depois, significando que a renda média dos pobres eqüivalia a apenas 39% do valor da linha de pobreza. A evolução em todas as regiões teve estas mesmas características.

Este comportamento dos índices de pobreza no primeiro ano do Plano Real é ambivalente. O aspecto positivo consiste nos ganhos de renda permitindo que parte dos pobres, provavelmente aqueles cujas rendas tinham valores mais próximos ao da linha de pobreza, ultrapassassem esse parâmetro, reduzindo a proporção de pobres de forma generalizada nas metrópoles analisadas. Em contrapartida, o contingente reduzido de indivíduos pobres tem renda média mais baixa do que a verificada no primeiro mês do plano de estabilização. Estes resultados poderiam sugerir que, do ponto de vista da renda[5], a parcela dos mais pobres dentre os pobres estaria sendo deixada à margem dos benefícios do plano de estabilização.

[5] A análise refere-se ao efeito sobre a renda. A questão da melhoria do poder de compra devido à estabilização será mencionado mais adiante.

Gráfico I

Evolução da Proporção de Pobres nas seis regiões metropolitanas
examinadas pela PME - setembro de 1990 a janeiro de 1996.

Os indicadores relativos a dezembro de 1995 para o conjunto das regiões metropolitanas consideradas mostram continuidade destas tendências. A redução da proporção de pobres continuou ocorrendo, reduzindo a 10,8 milhões on número de pobres, e o hiato de renda aumenta.

Os resultados de dezembro são naturalmente afetados por efeitos sazonais: a renda é mais elevada devido ao recebimento do 13o. salário e o nível de emprego se eleva em função do pico de atividade nos setores de comércio e serviço devido às festas de fim de ano. Por essa razão é interessante examinar os indicadores de pobreza obtidos a partir dos dados da PME de fevereiro, relativos ao mês de janeiro de 1996.

Em relação a dezembro, ocorre, para o conjunto das regiões metropolitanas pesquisadas um pequeno agravamento da proporção de pobres, com aumento de 550 mil pobres - o que já era esperado em função do fator sazonal. Em contrapartida, a redução do hiato da renda evidencia ganhos de renda entre os pobres.

Concluindo e sintetizando, pode-se afirmar com base nos indicadores de renda construídos a partir da PME com o objetivo de verificar a evolução da pobreza absoluta após a implantação do Plano Real ter ocorrido melhoria inequívoca no período compreendido entre julho de 1994 e janeiro de 1996 em todas as metrópoles analisadas. Um significativo contingente de pobres ultrapassa o patamar da linha de pobreza, de modo que, para o conjunto das seis regiões metropolitanas a proporção de pobres declina de 38% para 29%. Ademais, apesar do aumento do hiato da renda, o saldo é positivo como demonstra o declínio do índice sintético.

Na verdade, esses dados revelam que a subpopulação pobre se beneficiou de evoluções positivas ocorridas no mercado de trabalho. Apesar da redução do nível de atividade no final do ano passado, e o ritmo lento deste início de ano, a situação em janeiro de 1996 comparada com a do início do Plano é francamente positiva. Assim, sabe-se, a partir da

própria PME, que ocorreu no período criação líquida de postos de trabalho para o conjunto das seis regiões, acompanhada de aumento de rendimento médio das pessoas ocupadas. O aspecto adverso relativo ao aumento do desemprego se vincula claramente à redução dos postos de trabalho na indústria e a um crescimento da população economicamente ativa mais acentuado do que o da população ocupada. Os níveis crescentes de desemprego, são preocupantes devido às perspectivas de agravamento que decorrerão dos ajustes ainda por fazer. No entanto, o resultado líquido dessas tendências no período em estudo foi a melhoria inequívoca do rendimento familiar na base da distribuição e redução da pobreza absoluta.

É importante sublinhar que os indicadores de pobreza foram estimados levando em conta rendimentos e taxa de inflação mensais. Não se consideram, portanto, os ganhos de renda real que ocorrem ao longo do mês em função da queda do ritmo inflacionário. À guisa de exemplo, a queda de inflação de 48% ao mês em junho de 1994, para 1%, significaria um ganho de renda real de 27% ao mês para a parcela da renda que for dispendida em pagamentos diários idênticos ao longo do mês. São os efeitos combinados de aumento da renda mensal - que se refletem nos indicadores analisados -, e da eliminação das perdas inflacionárias ao longo do mês, que vêm impulsionando o consumo popular de alimentos, elétrico-eletrônicos e material de construção, alterando o perfil de consumo da economia brasileira e garantindo uma inequívoca melhoria das condições de vida dos pobres.

Renda e Pobreza
Os Impactos do Plano Real

Resumo

Os resultados bem-sucedidos do Plano Real no controle da inflação suscitam o interesse em relação aos seus efeitos sobre a pobreza absoluta, isto é, sobre a subpopulação cujo rendimento familiar per capita se situa aquém do mínimo indispensável para atendimento das necessidades básicas no âmbito do consumo privado. Dado que, até meados de 1996, não se dispunha de informações estatísticas adequadas para análise dessa questão no período após julho de 1994, optou-se por recorrer à Pesquisa Mensal de Emprego (PME/IBGE) como fonte de micro-dados. Por esta razão, a primeira seção discute a questão metodológica, tendo por base indicadores de pobreza obtidos a partir da PME e da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD/IBGE) para uma mesma data de referência em 1990. Para o período pós-Real e utilizando apenas a PME, foi examinada a evolução dos indicadores de pobreza para quatro datas nas seis regiões metropolitanas. Apesar de situações locais diferenciadas em termos de incidência de pobreza absoluta e de progressos realizados no período, observa-se a consistente redução da proporção de pobres, tendo como contrapartida agravamento da intensidade de pobreza medida pelo hiato da renda. No entanto, o indicador sintético, considerando simultaneamente os três aspectos da pobreza, revela que houve melhora inequívoca no período.

Abstract

The Real Plan success in taming inflation arose the interest in its effect on absolute poverty, that is, on the population whose per capita household income is situated below the estimated minimum for meeting basic needs. Considering that, until mid-1996, household income data for the period after the plan were not available, our choice was to use micro-data from the Employment Monthly Survey (PME/IBGE) as basic source. For this reason the first section discusses methodological questions related to deriving poverty indicators from the PME and from the Annual Household Survey (PNAD/IBGE) for 1990. Then, for the Real Plan period and using PME data only, poverty indicators where obtained for four different months and for the six metropolitan regions investigated in the survey. Despite differences among the metropolises in what concerns poverty incidence levels and the evolution of poverty, there is evidence of a consistent reduction in the proportions of poor and some increase of the income gap ratios. Nevertheless, the indicator which encompasses the three aspects of poverty shows an unequivocal improvement during the period.

Renda e Pobreza
Os impactos do Plano Real

Introdução

Os resultados bem-sucedidos do Plano Real no controle da inflação são indisputáveis. Após um período de vigência de quase dois anos, de que os planos de estabilização anteriores nem de longe conseguiram se aproximar, a taxa de inflação permanece baixa. Existe consenso entre especialistas de que esta taxa deve continuar declinante, garantindo para 1996 uma inflação em torno de 15% ao ano, representando, portanto, uma significativa e segura redução em relação àquela de cerca de 22% verificada em 1995[6]. Reconhecidamente, muitos ajustes estão ainda por ser feitos para garantir a continuidade do processo, mas já estariam sendo gerados dividendos sociais inequívocos em função da melhoria do perfil distributivo após o plano de estabilização (Néri e Barros, 1996). Os bons resultados obtidos suscitam o interesse em relação aos efeitos do plano sobre a pobreza absoluta, isto é, sobre a subpopulação cujo rendimento per capita se situa aquém do mínimo indispensável para atendimento das necessidades básicas no âmbito do consumo privado. Na verdade, a questão da pobreza absoluta, sua persistência e a necessidade de conceber mecanismos para reduzi-la, tem sido, junto com a estabilização, tema central de interesse da sociedade brasileira na década de 90.

Se bem que o controle da inflação e as medidas de política econômica que vem sendo adotadas em função do Plano Real alterem, necessariamente, as condições de operação do sistema produtivo, com implicações sobre o emprego e a renda, seria simplório minimizar a importância de tendências evolutivas já claramente esboçadas desde os anos 80. A esse respeito, já se verificava o *descolamento* entre aumento da produção e o crescimento do emprego na indústria desde a retomada de 1988. Apesar de a taxa de investimento ter permanecido baixa naquele período, o que estaria associado ao ambiente de incerteza econômica, para o qual a inflação alta contribuía de maneira decisiva, havia evidências inequívocas de restruturação produtiva, terceirização e redução do emprego industrial. Nos serviços modernos, como o setor financeiro, também ocorria desde meados da década de 80 a liberação de mão-de-obra, neste caso associada não somente à restruturação administrativa das empresas, mas também à informatização. A tendência geral de crescente informalização do mercado de trabalho já era evidente há mais tempo, vinculada aos ciclos de curto prazo e à baixa taxa de investimento. Deste modo, a perda de postos de trabalho nos setores mais modernos e dinâmicos, assim como o aumento do contingente de trabalhadores informais, não são, definitivamente, fatos novos resultantes do Plano Real, como parecem sugerir muitos dos comentários sobre o assunto.

Embora não se trate de fatos novos, não é menor o interesse em conhecer sua evolução após julho de 1994. Ao considerar como se comportam os índices de pobreza no período mais recente, não se trata de examinar o comportamento do emprego, do salário ou de qualquer outra variável per se. Ao contrário, busca-se uma evidência de resultado

[6] Variação do INPC.

dos diferentes fatores intervenientes sobre o rendimento das famílias e sobre a incidência de pobreza absoluta.

Com o objetivo de examinar estas questões, o presente texto se divide em duas partes, além desta introdução. Na primeira, trata-se essencialmente de questões associadas à mensuração de pobreza, destacando-se os aspectos vinculados aos requisitos em termos de informações estatísticas, para a adoção de diferentes possibilidades metodológicas. Na segunda parte, tomando por base uma abordagem que adota linhas de pobreza local e temporalmente específicas, analisa-se a evolução de índices de pobreza obtidos, com base na Pesquisa Mensal de Emprego (PME), para quatro datas de referência posteriores á implantação do Plano Real. Uma breve conclusão sintetiza as evidências empíricas quanto à evolução recente da incidência de pobreza absoluta nas seis metrópoles objeto do estudo.

Parte 1
Aspectos Metodológicos e Requisitos de Informações Estatísticas

1.1 Pobreza, renda e *basic needs*

Pobreza é um fenômeno complexo, para o qual não existe uma definição inequívoca, estando associada à ocorrência de carências relativas aos diferentes aspectos da condição de vida dos indivíduos. Nas sociedades modernas, desde os estudos pioneiros de Rowntree no início do século[7], a forma mais freqüente de determinar quem é pobre consiste em comparar a renda de que dispõe ao valor mínimo necessário para operar adequadamente naquela sociedade - a chamada linha de pobreza[8]. Nos anos 70, popularizou-se a abordagem analítica de *basic needs*[9], que, ao recorrer a indicadores físicos de resultado, como taxa de mortalidade, tinha algumas vantagens em relação aos procedimentos anteriores que se baseavam na renda como *proxy* de bem-estar. Assim, ao evitar problemas de estabelecimento de equivalência de poder de compra e de diferenças nas preferências dos indivíduos devido à especificidades culturais, a abordagem dos *basic needs* era mais adequada quando se tratava de realizar comparações entre países e monitorar os progressos no atendimento das necessidades básicas ao longo do tempo num contexto internacional. No entanto, tratava-se mais de exprimir objetivos e medir resultados no que concerne às condições de vida para a sociedade como um todo, do que de delimitar uma subpopulação pobre preferencialmente. Em estudos nacionais sobre pobreza, o critério da renda manteve a sua primazia, evoluindo paulatinamente no sentido de uma especificação mais cuidadosa das linhas de pobreza com base em preferências reveladas, derivadas de pesquisas de orçamentos familiares (Orshansky, 1965[10]; Altimir, 1979), e da utilização de critérios de renda e de indicadores sociais de forma combinada, de modo a derivar o perfil dos pobres (INDEC, 1984; Boateng et allii, 1988).

---

[7] O primeiro estudo empírico sobre pobreza utilizando a renda como critério básico foi o de Rowntree (1901).

[8] A linha de indigência, com valor necessariamente mais baixo que o da linha de pobreza, está associada ao rendimento necessário para atender apenas às necessidades alimentares.

[9] International Labour Office (ILO). *Employment, Growth and Basic Needs: a one-world problem* (The international basic needs strategy against chronic poverty), 1976. New York: Praeger, 1977. 223p.

[10] O uso de linhas de pobreza baseadas em preferências dos indivíduos e efetivo custo de vida com que fazem face são utilizados nos Estados Unidos nos programas de transferência de renda para as famílias pobres (Orshansky, 1965).

No Brasil, os estudos que utilizam a abordagem da renda se dividem em duas grandes categorias. Aqueles em que a linha de pobreza é definida em função do salário mínimo e os em que seu valor pretende refletir o custo de vida efetivo ao qual fazem face as populações de baixa renda. Em ambas as categorias é consensualmente aceito que a variável de renda mais adequada para confronto com a linha de pobreza é a renda familiar per capita, que leva em consideração todos os rendimentos das pessoas do núcleo familiar, o número de pessoas, e o papel da família como unidade solidária de consumo e rendimento.

Os estudos do primeiro grupo mais freqüentemente consideram 1/4 de salário mínimo como valor da linha de pobreza. Como o salário mínimo real tem variado bastante ao longo do tempo, isto pode significar diferenças significativas do valor da linha de pobreza utilizada por autores que se referem aparentemente ao mesmo parâmetro.[11]

Duas restrições importantes podem ser feitas em relação ao uso de múltiplo do salário mínimo, mesmo a preços constantes, como linha de pobreza[12]. A primeira é que não há garantia de que o valor arbitrado permita atender às necessidades básicas do indivíduo, o que significa, na verdade, ignorar todas as questões subjacentes vinculadas à determinação do nível de bem-estar desejável e à sua valoração. A segunda restrição, talvez mais importante, é que ao adotar um parâmetro nacional se ignoram os significativos diferenciais de custo de vida dos pobres entre estratos de residência (urbano, rural, metropolitano) e regiões.

A disponibilidade de dados com abrangência nacional sobre o consumo das famílias permitiu que viessem a ser estimados valores localmente diferenciados para a linha de pobreza. As primeiras iniciativas neste sentido utilizaram os dados de consumo e de rendimento do Estudo Nacional de Despesa Familiar (ENDEF-1974), do IBGE, tanto para estabelecer o valor da linha de pobreza, como obter os indicadores de incidência de pobreza. O procedimento reconhecido na literatura especializada para estabelecer a linha de pobreza com base no consumo observado é simples, podendo ser resumido em quatro etapas: a) definição dos requerimentos nutricionais médios a serem atendidos; b) estabelecimento da cesta alimentar, compatível com as preferências da população de baixa renda e capaz de garantir o atendimento dos requerimentos nutricionais; c) valoração da cesta alimentar, ou linha de indigência; d) derivação da linha de pobreza, considerando o valor da cesta alimentar e o das demais despesas básicas. Apesar da simplicidade do procedimento, existem, a cada passo, múltiplas possibilidades empíricas a serem consideradas. Como resultado, a partir da mesma base de dados, cada autor deriva valores diferenciados para as linhas de indigência e de pobreza. A respeito dessas múltiplas possibilidades metodológicas, é ilustrativa a derivação pelo Banco Mundial (1979) de três diferentes conjunto de valores localmente específicos associados à cesta alimentar com base nos dados do ENDEF.[13] Thomas (1982) e Fava (1984), utilizando metodologias semelhantes também derivaram linhas de pobreza a partir do ENDEF e estimaram a proporção de pobres no Brasil, em 1974 como, respectivamente, 29% e 36%. É evidente, portanto, que resultados obtidos em termos de incidência de

[11] Pastore et allii (1983).
[12] Fox (1990), Tolosa (1990).
[13] Os três valores derivados para a metrópole de São Paulo foram de Cr$ 2408, Cr$ 1710 e Cr$ 1076 (valores correntes de agosto de 1974 relativos ao custo alimentar anual per capita). World Bank, 1979, p.67.

pobreza devem ser entendidos em função dos pressupostos teóricos adotados em cada caso na derivação das linhas de pobreza.

Quando se utilizam pesquisas diversas como fonte de informação para rendimento, a comparabilidade de indicadores de pobreza, seja *cross-section*, seja intertemporal, fica prejudicada. Deve-se ter em mente que pesquisas com características diversas resultam em diferentes graus de cobertura do rendimento das famílias, afetando os resultados obtidos. Assim, é sabido que inquéritos de orçamentos familiares, devido ao seu detalhamento e ênfase, garantem melhor cobertura dos rendimentos do que as pesquisas domiciliares anuais. Isto cria dificuldades, por exemplo, para a utilização de parâmetros de valor derivados da POF (Pesquisa de Orçamentos Familiares), 1987-88, em conjunção com dados de rendimento da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD)[14]. Essas pesquisas anuais, por sua vez, têm essa informação mais completa do que os censos demográficos. Deste modo, não são comparáveis resultados censitários e aqueles derivados da PNAD devido a incompatibilidades na cobertura da renda nos dois tipos de pesquisa. As estimativas sobre pobreza no Brasil mais freqüentemente utilizadas, que se baseiam na PNAD, implicam, pois, por conta da subestimação da renda, superestimação da incidência de pobreza.[15]

Cabe lembrar que o estabelecimento de linhas e pobreza e a derivação de indicadores de pobreza enquanto insuficiência de renda, dentre os quais o de proporção de pobres é o mais conhecido, constituem-se apenas em ponto de partida para estudos sobre pobreza, cujo objetivo é o de caracterizar de forma ampla as subpopulações pobres, de modo a entender as causas da pobreza e definir mecanismos capazes de remediá-la, assim como monitorar a evolução da pobreza ao longo do tempo, inclusive nas suas especificidades espaciais (Rocha e Villela, 1990; World Bank, 1995). Neste sentido, já se dispõe no Brasil de um conjunto significativo de estudos que, utilizando como ponto de partida o critério de renda, descrevem as características de subpopulações pobres específicas, fornecendo subsídios para a implementação de políticas anti-pobreza.

1.2 Requisitos de informações estatísticas para a derivação de linhas de pobreza

Existe consenso entre especialistas de que, quando a disponibilidade de dados estatísticos o permitirem, o estabelecimento de linhas de pobreza deve se basear no custo de vida efetivo para os pobres para áreas delimitadas, de modo a levar em conta especificidades locais de estrutura do consumo e de preços. O ENDEF, realizado pelo IBGE em 1974-75, forneceu dados detalhados sobre despesas e consumo das famílias brasileiras. A amostra foi desenhada para permitir a representatividade das informações por classes de renda em 22 áreas (regiões e estratos de residência). O custo de uma pesquisa deste tipo é alto, de modo que a periodicidade de sua realização geralmente não é inferior a cinco anos.

Inquérito com a característica de abrangência do ENDEF não foi mais realizado no Brasil. A POF 1987-88, que teve como objetivo principal a atualização da estrutura de

[14] A respeito da comparação das variáveis de rendimento na POF e na PNAD, ver Barros, Neri e Mendonça (1995).

[15] Parte da subestimação da renda nas pesquisas domiciliares resulta da não consideração de benefícios indiretos, como vale-transporte e vale-alimentação, que têm uma importância ponderável em relação ao rendimento do trabalho da população de baixa renda e beneficia uma parcela rapidamente crescente dos trabalhadores tanto no setor formal como informal (Arbache, 1995).

pesos do sistema de índices de preços ao consumidor, foi limitada às nove regiões metropolitanas, Goiânia e Brasília. Em conseqüência, para cada uma destas áreas é possível dispor de dados de consumo mais recentes, e valorar as estruturas de consumo estabelecidas para os pobres aos preços efetivamente vigentes na data de referência, derivados da pesquisa mensal de preços ao consumidor do IBGE. Nada se sabe, no entanto, sobre estrutura de consumo e preços para as áreas urbanas e rurais não-metropolitanas desde os meados da década de 70. Esta é, sem dúvida, a lacuna mais importante quando se trata de realizar estudos de pobreza no âmbito do Brasil como um todo. Na falta de dado atualizado, a derivação de linhas de pobreza para as áreas não-metropolitanas se baseia geralmente no ENDEF ou em relação de custo de vida entre áreas metropolitanas e não-metropolitanas arbitradas pelo analista.

A questão da fragilidade da base empírica para a derivação de linhas de pobreza em áreas não-metropolitanas não será relevante na discussão que se segue. Na verdade, o estudo se limitará às seis regiões metropolitanas que são investigadas no âmbito da Pesquisa Mensal de Emprego. Serão utilizadas linhas de pobreza que refletem a estrutura de consumo da população de baixa renda em cada uma delas, valoradas a preços ao consumidor dos meses de referência, utilizando como indexador os INPCs específicos por metrópole (Tabela I). As linhas de pobreza referentes a setembro de 1990 foram utilizadas para a derivação de indicadores de pobreza a partir tanto da PNAD-90, como da PME de outubro de 1990 (data de referência setembro de 1990).

Parte 2
A incidência de pobreza no período pós-Real

2.1 A variável rendimento nas pesquisas domiciliares

O interesse em verificar empiricamente o impacto do Plano Real sobre a renda e a incidência de pobreza esbarra em dificuldades devido a não-disponibilidade de dados adequados para o período após julho de 1994. Na verdade a fonte privilegiada para este tipo de estudo são pesquisas domiciliares de cobertura nacional, como o Censo Demográfico e as PNADs. Esta última, apesar de ter periodicidade anual, excepcionalmente não foi realizada em 1994, enquanto os resultados da PNAD-95 ainda não estão disponíveis.

Dadas estas restrições, optou-se por recorrer PME. Trata-se também de pesquisa domiciliar, mas de caráter conjuntural, voltada para o objetivo precípuo de acompanhamento do mercado de trabalho. Finalidades diferentes implicam conceitos e instrumentos diversos nas duas pesquisas, resultando em não-comparabilidade entre elas. Para estudos de renda e pobreza, o recurso à PME traz duas desvantagens principais.

A primeira desvantagem está associada ao fato de que a PME tem sua cobertura limitada a seis das nove regiões metropolitanas, que respondem por 87% da população metropolitana[16]. Em conseqüência, não é possível acompanhar a evolução nas demais regiões metropolitanas, mas a lacuna mais grave concerne à ausência de informação em relação às áreas urbanas não-metropolitanas e rurais, onde se localizam 71% da população brasileira. É verdade que o que ocorre nas seis metrópoles cobertas pela

[16] Segundo estimativas com base na PNAD-90, essas seis metrópoles concentravam 88% dos pobres metropolitanos e 25% dos pobres brasileiros (Rocha, 1995).

pesquisa provavelmente sinaliza, de maneira bastante adequada, o comportamento dos setores líderes da economia, que respondem mais rapidamente às mudanças estruturais e conjunturais. Ademais, evidências empíricas com base nas PNADs ao longo da década de 1980, mostram que a renda nos estratos urbanos e rurais acompanhou o nível de atividade da economia, embora este influencie de forma direta e imediata a evolução do rendimento nas áreas mais urbanizadas, como as metrópoles (Rocha, 1992).

A segunda desvantagem concerne à investigação do rendimento das pessoas. Enquanto a PNAD investiga uma série de quesitos de rendimento, incluindo a remuneração dos diferentes trabalhos, mas também benefícios previdenciários, aluguéis recebidos e rendimentos de capital em geral, a PME limita-se a registrar os rendimentos do trabalho.

Reduz-se, assim, de forma significativa o rendimento familiar per capita, que é a variável de confronto com a linha de pobreza para a determinação das subpopulações pobre e não-pobre. É importante notar que, conforme a PNAD-90, os benefícios previdenciários tem uma participação de 12,5% na renda das famílias brasileiras, sendo que esta participação é mais elevada dentre as famílias pobres (16,4%), especialmente nas áreas mais desenvolvidas. Isto significa dizer que ao levar em consideração tão somente o rendimento do trabalho, incorre-se, em princípio, em subestimação do rendimento das famílias e, conseqüentemente, superestimação da incidência de pobreza enquanto insuficiência de renda. Os dados da Tabela II mostram a participação de rendimentos de diferentes origens na formação da renda das famílias brasileiras em 1990.

Tabela II

Composição percentual da Renda Familiar com base em todos os rendimentos de todos os membros solidários (1) da família - 1990.

Regiões	Rendimentos (%)		
	Trabalho	Previdência	Outros
BRASIL	84,3	12,5	3,1
Metropolitano	83,9	12,9	3,2
Urbano	83,2	13,2	3,6
Rural	87,4	10,5	2,0
São Paulo Urbano			
Total das famílias	83,4	12,9	3,7
Famílias pobres	64,6	26,8	8,6
Nordeste Rural			
Total das famílias	85,7	12,3	1,9
Famílias pobres	86,6	11,5	1,8

Fonte: Rocha (1993), com base na PNAD-1990.

(1) Consideram-se como "membros solidários" aqueles que moram no mesmo domicílio, e, estando ligados por laços de parentesco ou convivência, contribuem e

participam da unidade econômica familiar. Excluem-se aqueles cuja condição na família é de pensionista, empregado e parente do empregado.

É importante ter em mente, outrossim, a existência de diferenças conceituais entre a PNAD e a PME. Enquanto a PNAD, que é uma pesquisa anual, investiga o rendimento mensal bruto *normalmente recebido*, fazendo abstração, portanto, de flutuações atípicas que possam ter ocorrido no mês de referência, a PME registra o rendimento *efetivamente recebido* no mês. Na verdade, fatores ligados à coleta e a outras características diversas das duas pesquisas resultam em diferenças não só da variável rendimento do trabalho, como das variáveis de renda familiar e renda familiar per capita. A Tabela III apresenta o valor médio do rendimento do trabalho, considerando todos os rendimentos de trabalho de todas as pessoas ocupadas de dez anos e mais, inclusive aquelas com rendimento zero. A comparação para o mesmo período de referência, setembro de 1990, mostra rendimentos médios do trabalho mais elevados no caso da PNAD. A renda familiar, construída como somatório dos rendimentos do trabalho dos indivíduos solidários na família, também é superior na PNAD. A ordem de grandeza se inverte, porém, quando se trata da renda familiar per capita, evidenciando que a PNAD capta maior número de pessoas sem rendimento do trabalho que a PME. São esses valores de renda familiar per capita os utilizados em confronto com a linha de pobreza para delimitação da subpopulação pobre e derivação dos indicadores de pobreza enquanto insuficiência de renda.

Tabela III

Valores médios de rendimentos construídos a partir da PNAD e da PME para o conjunto de seis regiões metropolitanas (1) - setembro/1990

(em Cr$)

Variáveis de Rendimento (médias)	PNAD	PME
Rendimento de todos os trabalhos (2)	37 170,05	33 772,47
Renda familiar	59 349,55	57 810,09
Renda familiar per capita	15 866,50	18 225,48

Fonte: IBGE, PNAD 1990 e PME out/90, Tabulações Especiais.
(1) Seis metrópoles objeto de investigação pela PME.
(2) Por pessoa ocupada

Existe uma extensa literatura sobre a maneira de derivar indicadores de pobreza, dadas a distribuição dos rendimentos e a linha de pobreza. Aqui são apresentados os indicadores de proporção, de hiato de renda e um indicador sintético proposto por Foster, Greer e Thorbecke (1984). A proporção de pobres é o indicador mais usual, que se refere ao número de pobres, isto é, ao número de indivíduos cuja renda familiar per capita é inferior à linha de pobreza, em relação ao total da população. Na verdade este indicador por si só é uma medida tosca de pobreza, já que nada informa sobre o nível e distribuição de renda dos pobres. Complementarmente, o hiato de renda informa sobre a intensidade da pobreza, isto é, o desvio médio da renda dos pobres em relação ao valor de referência dado pela linha de pobreza. Com objetivo de considerar um terceiro aspecto da pobreza enquanto insuficiência de renda, Foster, Greer e Thorbecke

propuseram um indicador que leva em conta não apenas o número de pobres e a intensidade da sua pobreza, mas também variações da distribuição de renda entre os pobres através do somatório da potenciação dos hiatos de renda relativos a cada um dos pobres. Utilizamos os hiatos de renda ao quadrado para a derivação do que chamamos índice sintético de pobreza.[17]

A Tabela IV mostra os indicadores de proporção de pobres, hiato da renda e índice sintético para setembro de 1990 com base na PNAD e PME, utilizando os mesmos critérios de construção da renda per capita e a mesma linha de pobreza. À guisa de ilustração, apresentam-se os indicadores obtidos a partir da PNAD utilizando critérios mais abrangentes de rendimento, isto é, todos os rendimentos de todas as pessoas, e rendimento do trabalho em dinheiro e mercadorias. Observa-se em particular que, mesmo considerando apenas o rendimento de trabalho em dinheiro, conceito de rendimento mais próximo nas duas pesquisas, os resultados obtidos para os indicadores de pobreza apresentam, como era de se esperar, algum desvio.

Tabela IV

Indicadores de Pobreza enquanto Insuficiência de Renda relativas a setembro de 1990
Uma comparação dos resultados obtidos a partir da PNAD e da PME
para o conjunto das seis regiões metropolitanas (*)

Indicadores	Proporção (%)	Hiato da Renda (%)	Índice Sintético
PNAD			
todos os rendimentos	28,87	44,46	0,07362
rend. trabalho em dinheiro e mercadoria	36,77	54,20	0,14207
rend. trabalho somente em dinheiro	36,79	54,30	0,14258
PME			
rend. trabalho somente em dinheiro	29,95	55,21	0,12678

Fonte de micro-dados: IBGE.

(*)Trata-se das seis metrópoles onde é realizada a PME: Recife, Salvador, Belo Horizonte, Rio de Janeiro, São Paulo e Porto Alegre.

Estas considerações relativas às peculiaridades das duas pesquisas têm como objetivo acautelar o leitor quanto a comparações dos resultados que serão apresentados a seguir com base na PME, e os resultados divulgados anteriormente com base na PNAD-90. Tendo em vista as restrições quanto à disponibilidade de dados já discutidas, é interessante examinar resultados intertemporais obtidos a partir da PME para ilustrar a ocorrência de efeitos sobre a renda e sobre a pobreza após o Plano Real.

[17] A respeito das propriedades desejáveis para os indicadores de pobreza enquanto insuficiência de renda e os indicadores propostos por diferentes autores, ver Haguenaars (1986), cap. 6.

2.2 A evolução da pobreza na vigência do Plano Real

Para análise da evolução da pobreza na vigência do Plano Real foram utilizadas informações da PME para quatro momentos distintos: julho de 1994, primeiro mês do Plano, e, um ano depois, julho de 1995, além de dois meses mais recentes com características de sazonalidade bem distintas, dezembro de 1995 e janeiro de 1996.

Os indicadores de pobreza enquanto insuficiência de renda relativos a julho de 1994,[18] primeiro mês do plano de estabilização, são os piores quando as quatro datas de referência são consideradas. Tendo como base de referência setembro de 1990, a proporção de pobres aumenta fortemente de 30% para 38% para o conjunto das seis regiões metropolitanas, o que corresponde a 14,8 milhões de pessoas em julho de 1994. Verifica-se também agravamento do indicador de intensidade da pobreza, dada pela redução do valor do rendimento médio dos pobres em relação à linha de pobreza (o que corresponde ao aumento do hiato da renda), e do índice sintético, este último levando em consideração além da proporção e do hiato, também a desigualdade de rendimento entre os pobres. A evolução desses indicadores em cada uma das seis metrópoles se dá no mesmo sentido, havendo poucas mudanças de *ranking* entre elas em relação a 1990. Cabe destacar a forte elevação da proporção de pobres em Salvador, que passa a ocupar em 1994 a posição mais adversa quanto a este indicador.

A PME mostra, portanto, um agravamento inequívoco da pobreza enquanto insuficiência de renda sob todos os seus aspectos entre setembro de 1990 e julho de 1994. Certamente, porém, o mês de implantação do Plano Real não correspondeu ao momento de pico desses indicadores de pobreza, já que evidências diversas sugerem que a situação mais adversa ocorreu anteriormente. Assim, desde outubro de 1993 houve uma retomada sustentada da atividade da indústria de transformação, que se concentra nas regiões metropolitanas. A taxa de desemprego aberto dessazonalizada derivada da própria PME mostra, a partir de janeiro de 1993, uma tendência clara de declínio, que virá a ser revertida apenas no primeiro semestre de 1995. Na verdade, em relação aos índices de desemprego, o período mais adverso ocorreu em 1992, quando em seis meses a taxa superou 6%.

De qualquer modo, julho de 1994 é a data de referência relevante para examinar a evolução ocorrida após a implantação do Plano Real.[19] Considerando os indicadores obtidos um ano depois (Tabela V-a e Gráfico I), fica evidente que o plano de estabilização permitiu uma inequívoca melhoria da renda, fazendo com que parcela significativa da população - 3,7 milhões de pessoas - ultrapassasse a linha de pobreza (ver Anexo). A redução da proporção de pobres de 38% para 28% para o conjunto das seis regiões, correspondendo a 11 milhões de pessoas, evidencia um retorno ao patamar verificado em 1990 para esse indicador, havendo, porém, diferenças significativas quando as metrópoles são analisadas separadamente: Belo Horizonte, Rio de Janeiro e Porto Alegre apresentam melhorias não somente em relação ao início do plano, mas também quando em confronto com 1990. A melhoria ocorrida em São Paulo e Salvador

---

[18] Trata-se de indicadores gerados a partir da PME de agosto de 1990.

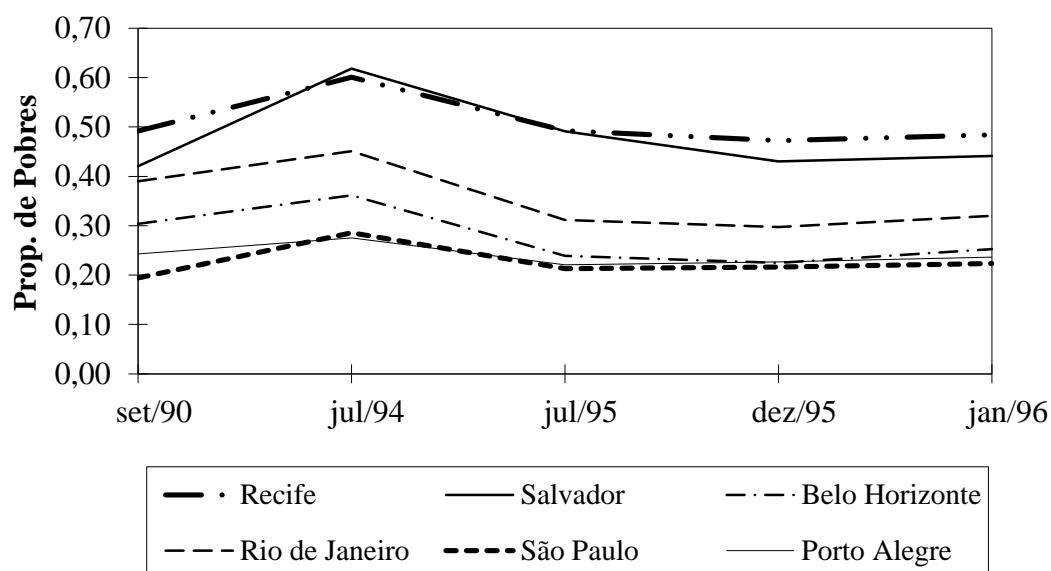
[19] O diferencial de taxas de inflação neste mês (7,75%) e nos meses de referência subsequentes (por ex., julho de 1995, 2,46%) implicam alguma subestimação, no início do período, do rendimento dos trabalhadores cujo fluxo de rendimento se distribui ao longo do mês. Néri e Barros (1996) chamam a atenção para este efeito quando tratando da evolução do rendimento per capita por decil no período de junho de 1993 a setembro de 1995.

não permite ainda atingir o patamar de 1990, o que ocorre em Recife. De fato, estas diferenças de comportamento da proporção de pobres não estão associadas a aspectos óbvios de caráter regional ou ligados ao nível de desenvolvimento produtivo ou social, devendo provavelmente ser imputados a características locais.

Tabela V-a
Indicadores de Pobreza enquanto Insuficiência de Renda relativos
às datas especificadas para o conjunto das seis regiões metropolitanas (*)

	Prop.Pobres(%)	Hiato (%)	Í. Sintético	No. Pobres
BRASIL				
setembro / 1990	29,95	55,21	0,1268	10.982.855
julho / 1994	38,22	57,92	0,1726	14.782.913
julho / 1995	28,24	61,41	0,1440	11.061.988
dezembro / 1995	27,34	62,33	0,1432	10.774.702
janeiro / 1996	28,75	62,04	0,1481	11.327.255

Fonte de micro-dados: IBGE.
(*) Trata-se das seis metrópoles onde é realizada a PME: Recife, Salvador, Belo Horizonte, São Paulo e Porto Alegre.

Gráfico I
Evolução da Proporção de Pobres nas seis regiões metropolitanas
examinadas pela PME - setembro de 1990 a janeiro de 1996.

Paralelamente à melhoria na proporção de pobres, observa-se no primeiro ano do Plano Real o agravamento do hiato de renda. Assim, embora haja menos pobres em relação à população total, aqueles que estão abaixo da linha de pobreza apresentam, em média, renda familiar per capita mais baixa em relação ao período anterior. Para o conjunto das seis metrópoles, o hiato da renda passou de 0,58 em julho de 1994 para 0,61 um ano depois, significando que a renda média dos pobres equivalia a apenas 39% do valor da linha de pobreza. No entanto, o índice sintético declinou de 0,17 para 0,14, afetado

preponderantemente pela queda forte da proporção de pobres. A evolução nas regiões teve características diferenciadas, os melhores resultados tendo ocorrido em Belo Horizonte e Rio de Janeiro (Tabela V-b).

Este comportamento dos índices de pobreza no primeiro ano do Plano Real é ambivalente. O aspecto positivo consiste nos ganhos de renda permitindo que parte dos pobres, provavelmente aqueles cujas rendas tinham valores mais próximos ao da linha de pobreza, ultrapassassem esse parâmetro, reduzindo a proporção de pobres de forma generalizada nas metrópoles analisadas. Em contrapartida, o contingente reduzido de indivíduos pobres tem renda média mais baixa do que a verificada no primeiro mês do plano de estabilização. Estes resultados poderiam sugerir que, do ponto de vista da renda[20], a parcela dos mais pobres dentre os pobres estaria sendo deixada à margem dos benefícios do plano de estabilização. No entanto, o declínio do indicador sintético evidencia que o efeito combinado da evolução do número de pobres, do hiato da renda e da desigualdade entre pobres foi positivo.

Os indicadores relativos a dezembro de 1995 para o conjunto das regiões metropolitanas consideradas mostram a continuidade dessas tendências. A redução da proporção de pobres continuou ocorrendo embora a um ritmo mais lento, caindo para 27%, o que corresponde a 10,8 milhões de indivíduos pobres. Verifica-se também um pequeno aumento do hiato da renda. O indicador sintético fica praticamente estável.

Ao examinarem-se os indicadores relativos a cada metrópole separadamente, delineiam-se três situações distintas. Em primeiro lugar, a das duas metrópoles nordestinas, que, embora tenham tido melhorias significativas no período do Plano Real, apresentam em dezembro de 1995 condições de pobreza semelhantes às verificadas em 1990. Na verdade, mantêm proporções de pobres alarmantes, superiores a 40%, e indicadores de hiato e sintético de pobreza a níveis também muito elevados, tendo em vista o nível do indicador de proporção. As evidências são de estabilidade da pobreza no médio prazo em patamares muito altos.

Um segundo grupo é formado pelas metrópoles de Belo Horizonte, São Paulo e Porto Alegre, que apresentam proporções de pobres praticamente ao mesmo nível - 22% - em dezembro de 1995. As três apresentam melhorias da proporção de pobres no período do Plano Real e, exceto São Paulo, também em relação a 1990. Neste particular o progresso realizado por Belo Horizonte, que reduz a proporção de pobres em 14 pontos percentuais no período de vigência do plano de estabilização, e cerca de oito pontos desde 1990, parece indicar uma evolução promissora da metrópole mineira. Cabe lembrar que as análises realizadas com base neste tipo de indicadores, na década de 1980, para o conjunto de nove regiões metropolitanas, mostravam Belo Horizonte, acompanhada pela metrópole do Rio de Janeiro, numa situação intermediária entre as metrópoles do Norte / Nordeste e as de São Paulo/Sul (Rocha, 1995). A redução significativa do indicador sintético de 0,14 para 0,11 no período evidencia bem a diferença entre Belo Horizonte, por um lado, e São Paulo e Porto Alegre por outro, quanto à evolução da pobreza.

[20] A análise refere-se ao efeito sobre a renda. A questão da melhoria do poder de compra devido à estabilização será mencionada mais adiante.

Finalmente, o Rio de Janeiro aparece numa situação intermediária entre os dois grupos em função da proporção de pobres que se verifica em dezembro de 1995 - 30% -, resultado de uma significativa melhoria durante o plano de estabilização a partir de indicadores muito adversos no período 1990-1994.

Tabela V-b

Indicadores de Pobreza enquanto Insuficiência de Renda relativos
às datas especificadas para seis regiões metropolitanas

	Prop.Pobres(%)	Hiato (%)	Í. Sintético	No. Pobres
RECIFE				
setembro / 1990	49,20	52,55	0,18365	1.389.026
julho / 1994	60,08	57,92	0,26255	1.798.758
julho / 1995	49,26	55,20	0,20593	1.489.764
dezembro/ 1995	47,22	55,92	0,20054	1.434.968
janeiro / 1996	48,44	57,56	0,21323	1.472.027
SALVADOR				
setembro / 1990	42,08	52,33	0,15532	1.020.958
julho / 1994	61,83	55,80	0,25092	1.644.631
julho / 1995	49,10	56,45	0,20749	1.324.917
dezembro/ 1995	43,04	54,26	0,17441	1.169.561
janeiro / 1996	44,13	54,05	0,17616	1.199.241
BELO HORIZONTE				
setembro / 1990	30,38	50,67	0,11277	1.017.040
julho / 1994	36,15	53,68	0,14472	1.304.058
julho / 1995	23,91	57,15	0,10957	871.988
dezembro/ 1995	22,47	59,71	0,11166	823.923
janeiro / 1996	25,25	57,51	0,11652	925.830
RIO DE JANEIRO				
setembro / 1990	39,03	54,39	0,16207	3.891.056
julho / 1994	45,11	58,29	0,20622	4.549.605
julho / 1995	31,18	61,86	0,16236	3.171.272
dezembro/ 1995	29,75	63,03	0,16113	3.038.457
janeiro / 1996	32,02	63,09	0,17115	3.270.886
SÃO PAULO				
setembro / 1990	19,45	58,01	0,09091	2.947.941
julho / 1994	28,54	58,45	0,13313	4.617.527
julho / 1995	21,28	64,77	0,11914	3.494.131
dezembro/ 1995	21,62	65,77	0,12315	3.575.327
janeiro / 1996	22,35	64,87	0,12405	3.695.250
PORTO ALEGRE				
setembro / 1990	24,30	63,89	0,12984	716.835
julho / 1994	27,53	63,54	0,14758	868.335
julho / 1995	22,10	70,44	0,14026	709.916

dezembro/ 1995	22,68	70,99	0,14470	732.466
janeiro / 1996	23,65	70,53	0,14934	764.021

Fonte de micro-dados: IBGE/PME.

Os resultados de dezembro são naturalmente afetados por efeitos sazonais: a renda é mais alta devido ao recebimento do 13o. salário e o nível de emprego se eleva em função do pico de atividade nos setores de comércio e serviço devido às festas de fim de ano. Por essa razão é interessante examinar os indicadores de pobreza obtidos a partir dos dados da PME de fevereiro, relativos ao mês de janeiro de 1996.

Em relação a dezembro, ocorre, para o conjunto das regiões metropolitanas pesquisadas um pequeno agravamento da proporção de pobres, com aumento de 550 mil pobres - o que já era esperado em função do fator sazonal -, significando um retorno aos níveis de julho de 1995. Em contrapartida, há melhorias dos hiatos da renda. O indicador sintético de pobreza revela deterioração, tanto em relação ao mês anterior, como em relação a julho, quando a economia se encontrava bastante aquecida.

Ao considerar os resultados segundo regiões metropolitanas, observa-se que a evolução mais adversa se deu no Rio de Janeiro e em Belo Horizonte. Vale observar que no mesmo período, indicadores conjunturais sensíveis, como a taxa de desemprego aberto, era mais elevada e deteriorava-se mais rapidamente em São Paulo. É interessante observar que as mudanças que se verificam no mercado de trabalho não se rebatem de forma direta sobre os indicadores de pobreza[21], isto podendo se dever a duas causas principais. Por um lado, ao agravamento dos condições do mercado de trabalho afetando predominantemente indivíduos cuja renda familiar se situa acima da linha de pobreza. Por outro lado, ao papel redistributivo desempenhado pela família, vinculado à crescente participação na PEA, à informalização e aos ganhos de rendimento no setor informal.

Conclusões

Os indicadores de proporção de pobres construídos a partir da PME com o objetivo de verificar a evolução da pobreza absoluta após a implantação do Plano Real indicam melhoria inequívoca no período compreendido entre julho de 1994 e janeiro de 1996 em todas as metrópoles analisadas. Um significativo contingente de pobres ultrapassa o patamar da linha de pobreza, de modo que, para o conjunto da seis regiões metropolitanas a proporção de pobres declina de 38% para 29%. Apesar da esperada deterioração da renda média dos indivíduos que permaneceram abaixo da linha de pobreza, já que o indicador de hiato de renda aumentou de 58% para 62%, o índice sintético mostrou uma evolução positiva, mesmo considerando as condições adversas do mês de janeiro.

Na verdade, esses dados revelam que a subpopulação pobre se beneficiou de evoluções positivas ocorridas no mercado de trabalho. Apesar da redução do nível de atividade no final do ano passado, e o ritmo lento deste início de ano, a situação atual comparada com a do início do Plano é francamente positiva. Assim, sabe-se a partir da própria

[21] Por exemplo, de dezembro para janeiro últimos os índices de desemprego aberto se agravaram bem mais fortemente em São Paulo (de 5,09% para 6,28%) do que nas metrópoles do Rio de Janeiro (de 0,15% para 3,5%) e de Belo Horizonte (de 3,56% para 4,18%).

PME que ocorreu no período criação líquida de postos de trabalho para o conjunto das seis regiões, acompanhada de aumento de rendimento médio das pessoas ocupadas. O aspecto adverso relativo ao aumento do desemprego se vincula claramente à redução dos postos de trabalho na indústria e a um crescimento da população economicamente ativa mais acentuado do que o da população ocupada. Os níveis crescentes de desemprego são preocupantes devido às perspectivas de agravamento que decorrerão dos ajustes ainda por fazer. No entanto, o resultado líquido dessas tendências foi a melhoria inequívoca do rendimento familiar na base da distribuição e redução da pobreza absoluta.

Embora todas as metrópoles tenham apresentado tendência na mesma direção para os três indicadores de pobreza examinados, existem especificidades quanto a intensidade das variações locais que são dignas de nota. Em Recife e Salvador, melhorias significativas dos indicadores de proporção e sintético ocorridas entre julho de 1994 e janeiro de 1996 praticamente desaparecem quando se toma como base de comparação setembro de 1990. Na verdade, o efeito sobre a renda mensal foi o de recuperar perdas ocorridas no início da década. Nas metrópoles nordestinas, isto significa níveis de pobreza alarmantes que podem atingir quase 50% da população. A evolução de padrão semelhante ocorrida no mesmo período em Porto Alegre tem, obviamente, implicações diversas porque envolvem proporções de pobres relativamente baixas.

Em São Paulo, o agravamento dos indicadores de pobreza quando se considera o início da década é um fenômeno especialmente preocupante por duas razões. A primeira é que, embora a proporção de pobres em São Paulo seja baixa em termos relativos - 22% em janeiro de 1996 -, em termos absolutos corresponde a um contingente de 3,7 milhões de pessoas, ou 1/3 do total de pobres nas seis metrópoles estudadas. Trata-se de 2,5 vezes o número de pobres de Recife, onde a proporção de pobres é de 48% da população total. A segunda razão se relaciona ao impacto sobre o emprego e sobre a renda da forte reestruturação do setor industrial no Brasil, que, além de reengenharia interna das empresas, inclui uma redistribuição espacial das atividades que, reconhecidamente, vem ocorrendo em detrimento da região metropolitana de São Paulo. Trata-se de fenômeno já claramente esboçado em 1985[22], mas que vem se acelerando com a retomada do investimento industrial e instalação de novas unidades manufatureiras após 1993.

Finalmente Belo Horizonte e Rio de Janeiro apresentaram tal redução das proporções durante o Plano Real, que foi possível compensar com folga a deterioração desse indicador ocorrida no início da década. Rio de Janeiro, mas especialmente Belo Horizonte, parecem estar se beneficiando mais diretamente da retomada da atividade econômica e dos novos investimentos industriais. Enquanto, no final do período estudado, Rio de Janeiro mantém sua situação intermediária entre Nordeste e SP/Sul, Belo Horizonte já parece se incorporar ao grupo das metrópoles mais desenvolvidas, apresentando proporções de pobres semelhantes às delas, mas - e este é um fato significativo - indicadores de hiato da renda e sintético menos adversos.

---

[22] Trata-se da "reversão da polarização industrial da área metropolitana de São Paulo", que, seria um dos fatores explicativos da tendência à convergência das rendas per capita estaduais no período 1970-1985 (Ferreira e Diniz, 1995).

É importante sublinhar que os indicadores de pobreza foram estimados levando-se em conta rendimentos e taxa de inflação mensais. Não se consideram, portanto, os ganhos de renda real que ocorrem ao longo do mês em função da queda do ritmo inflacionário. À guisa de exemplo, a queda de inflação de 48% ao mês em junho de 1994, para 1%, significaria um ganho de renda real de 27% ao mês para a parcela da renda que for dispendida em pagamentos diários idênticos ao longo do mês. São os efeitos combinados de aumento da renda mensal - que se refletem nos indicadores analisados -, e da eliminação das perdas inflacionarias ao longo do mês, que vêm impulsionando o consumo popular de alimentos, elétrico-eletrônicos e material de construção, alterando o perfil de consumo da economia brasileira e garantindo uma inequívoca melhoria das condições de vida dos pobres.

Anexo

Considerando que na PME os índices de não-resposta para o ítem de renda são relativamente altos e apresentam elevada variância entre metrópoles e/ou na mesma metrópole em diferentes meses, optou-se por gerar o número de pobres aplicando a proporção derivada a partir da população para a qual se tem informação de renda, ao total da população residente. Isto não afeta os indicadores de pobreza e evita a oscilação do número de pobres em função da frequência de não-resposta, independentemente do comportamento da renda, que é a variável relevante para o estudo. Os dados abaixo ilustram a variação do percentual de não-resposta da renda para os meses estudados.

São Paulo - setembro de 1990 - 1,51%
- dezembro de 1995 - 7,98%

Salvador - julho de 1994 - 23,77%
- janeiro de 1996 - 8,82%

Referências

Altimir, Oscar. La Dimensión de la Pobreza en America Latina. Cuadernos de la Cepal, Santiago do Chile, 1979.

Barros, R.P., Mendonça, R., Néri, M.. An Evaluation of the Measurement of Income and Expenditure in Household Surveys: POF versus PNAD. IPEA, mimeo, 1995.

Boateng, O., Ewusi, K.,Kanbur, R.,Mckay,A. A Poverty Profile for Ghana. The World Bank, Washington, D.C., 1988.

Fava, Vera Lúcia. Urbanização, Custo de Vida e Pobreza no Brasil. São Paulo: FIPE/USP, 1984.

Ferreira, A.H.B., Diniz, C.C.. Convergência das rendas per capita estaduais no Brasil. In Revista de Economia Política, vol.15, n0.4 (60), out.-dez. 1995, p.38-56.

Foster, J., Greer, J., Thorbecke, E. . A Class of Decomposable Poverty Measures. In Econometrica, vol.52, p.761-767.

Fox, Louise. Poverty Alleviation in Brazil, 1970-1987. The World Bank, 1990, mimeo.

INDEC. La pobreza en la Argentina. INDEC, Buenos Aires, 1984.

Néri, Marcelo, Barros, Ricardo P.. Crescimento, Deigualdade e Pobreza: O impacto da Estabilização. In IPEA/DIPES, Carta de Conjuntura, no. 62, fev. 1996.

Orshansky, M.. Counting the Poor: Another Look at the Poverty Profile. In Social Security Bulletin, vol. 28, 1965.

Rocha, Sonia, Villela, Renato. Caracterização da Subpopulação Pobre Metropolitana-Resultados de uma Análise Multivariada. In Revista Brasileira de Economia, 44(1):35-53, jan.mar 1990

Rocha, Sonia. Pobreza Metropolitana e os Ciclos de curto Prazo: Um Balanço dos Anos 80. In Boletim Conjuntural, n.12, janeiro de 1991, p.35-39.

Rocha, Sonia. Governabilidade e Pobreza - O Desafio dos Números, in Valladades, L.,Coelho, M.. Governabilidade e Pobreza no Brasil. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995, p.221-265.

Rowntree, B.S. Poverty: a Study of Town Life. London: MacMillan, 1901.

Thomas, Vinod. Differences in Income, Nutrition and Poverty within Brazil. Washington, D.C.: World Bank (Staff Working Paper no. 505), 1982.

Tolosa, Hamilton. Pobreza no Brasil: uma Avaliação dos anos 80. In Velloso, J.P., Albuquerque, R.C. (orgs). Pobreza e Mobilidade Social no Brasil. São Paulo, Nobel, 1993.

World Bank. Brazil - Human Resources Special Report. Washington, D.C., 1979.

World Bank. Brazil - A Poverty Assessment. World Bank, Report no. 14323-BR. Washington, D.C., 1995